

# MEIO AMBIENTE E OS REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

*ENVIRONMENT AND SOCIAL ENVIRONMENTAL REFLECTIONS: PUBLIC POLICIES OF  
EDUCATION FOR SUSTAINABLE CONSUMPTION*

**Gisele Boechel**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS Campus Vacaria

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v25i1.1407>

Recebido em: 12.07.2023

Aceito em: 28.07.2023

---

**Resumo:** No presente trabalho, analisa-se o desenvolvimento da sociedade contemporânea e os reflexos socioambientais advindos do consumismo. Serão abordados os mecanismos a serem utilizados em busca de um desenvolvimento sustentável. Percebe-se, ao final do estudo, a necessidade de implantação de políticas públicas de educação voltadas para o consumo ambientalmente sustentável. Adotou-se como método de pesquisa a investigação teórica da legislação e a doutrina.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente. Desenvolvimento Sustentável. Políticas Públicas. Educação.

**Abstract:** The present work analyzes the development of contemporary society and the socio-environmental reflexes arising from consumerism. The mechanisms to be used in pursuit of sustainable development will be addressed. It is stated with the present study that it is necessary to implement public education policies aimed at environmentally sustainable consumption. Theoretical investigation of legislation and doctrine was adopted as research method.

**Keywords:** Environment. Sustainable development. Public policy. Education.

## 1 Introdução

Este texto objetiva demonstrar a importância da adoção de medidas públicas voltadas para a educação na busca por um desenvolvimento sustentável. Inicialmente, se analisará a relação entre o meio ambiente e a sociedade de consumo e em que medida os meios de produção e de mercado atuais impactam no equilíbrio ambiental.

A temática central é o tema do desenvolvimento sustentável. Em se tratando da sustentabilidade, um dos seus enfoques principais está em incluí-la como um novo paradigma socioeconômico, podendo se ter a possibilidade de processos produtivos e econômicos



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

sustentáveis, mas respeitando-se o equilíbrio no planeta. Por fim, tecem-se considerações acerca da necessidade de implementação de políticas públicas voltadas ao consumo sustentável.

O método utilizado na presente pesquisa é o dedutivo, sua natureza é aplicada e a forma de abordagem qualitativa. No que se refere aos procedimentos técnicos, a análise é bibliográfica e documental.

## **2 Meio ambiente e a sociedade de consumo**

Durante muito tempo, o foco principal do discurso ambientalista era a responsabilidade do sistema de produção. E não é um discurso errado, muito pelo contrário. A produção em larga escala demanda da natureza a utilização de uma gama considerável de seus recursos.

O consumo deixou de ser uma simples necessidade para se tornar uma prática do cotidiano. Isso acompanhou a mudança e os avanços na área tecnológica, já que não é possível afirmar que, de fato, tudo o que é consumido é verdadeiramente uma necessidade humana. Muitas vezes, é fruto de uma prática natural ou de uma cultura que se disseminou em várias partes do mundo.

É fato que o consumo passou a ser tão intenso que isso acabou por se refletir de forma bastante danosa no meio ambiente. É que os padrões de consumo assumidos pela sociedade, ou por uma parte dela, superam a capacidade de sustentação dos recursos naturais. Diante disso, é que a preocupação com o meio ambiente passou a dedicar uma atenção maior ao consumo, uma vez que se percebeu os impactos que o consumo desequilibrado causa, neste sentido Penna:

Os efeitos da degradação ambiental não podem ser tratados sem que se combatam as suas causas. O capitalismo moderno deu à luz ao consumismo, o qual criou raízes profundas entre as pessoas. O consumismo tornou-se a principal válvula de escape, o último reduto de autoestima em uma sociedade que está perdendo rapidamente a noção de família, de convivência social, e em cujo seio a violência, o isolamento e o desespero dão sinais alarmantes de crescimento. (PENNA; 1999, p. 216).

O autor utiliza o termo consumismo para denotar o ato de consumir como ato que, de tão contínuo, beira o exagero. Isso quer dizer que o consumo não é uma prática totalmente avessa ao meio ambiente. Não se pode olvidar que o consumo é uma prática necessária ao ser humano. Isso é incontestável. No entanto, o que é mais do que contestável é o padrão de consumo que a sociedade assumiu e impôs ao meio ambiente. É esse consumismo que precisa ser condenado e repensado.

Segundo Portilho (2005, p.112):

[...] existem três teorias para a prática de consumir. A primeira é chamada de consumo marxista, que defende que o consumidor não tem poder de escolha, mas a produção é que tem força suficiente para escolher o que o consumidor vai adquirir, segundo suas concepções de lucro. O fornecedor é responsável pela criação e produção do que é oferecido no mercado; por isso, dentre estes é que o consumidor tem que escolher.

Esse é um dos pensamentos, segundo a autora, também de grande parte dos sociólogos e dos estudiosos das ciências ambientais, que possuem uma resistência muito grande em encontrar problemas fora da esfera produtivista.

A segunda teoria, em contrapartida à anterior, coloca o consumidor como um ator com grande poder de decisão sendo, portanto, soberano o suficiente para escolher aquilo que pretende adquirir. Essa corrente tem como principais defensores os profissionais ligados ao *marketing* empresarial e à administração.

Segundo essa corrente de pensamento, é o consumidor quem dita as regras do mercado de consumo; por isso, para lançar um produto, o fornecedor precisa unir esforços para chegar ao que o consumidor deseja. O lucro da empresa depende do consumidor, isto é, se aceita ou não o produto.

A terceira corrente é chamada de culturalista, segundo a qual o ato de consumir é acima de tudo uma prática cultural. É uma corrente mais antropológica e que implica, na verdade, uma reprodução das relações sociais entre as pessoas e suas culturas materiais. E como o consumo é uma cultura contemporânea, essa passa através das relações entre as pessoas.

Para Portilho (2005, p. 118),

[...] o movimento ambientalista foi evoluindo e ganhou algumas facetas em diferentes momentos. Segundo ela, o ambientalismo, no Brasil, pode ser visto da seguinte forma: a partir da década de 70, o chamado ambientalismo público; na década de 80, o ambientalismo empresarial, e, na década de 90, o reconhecimento do impacto causado pelos padrões de consumo adotado, que levou a colocar o consumo no foco da conscientização ambiental. Segundo ela, o consumidor verde nasce da junção desses três fatores.

Ao afirmar que o consumidor verde é uma combinação dos fatores supra, a autora chama a atenção para o fato de que o dano ao meio ambiente, ou mesmo a simples intervenção neste, é resultado da contribuição de vários atores. Ela põe em destaque a corresponsabilidade existente entre os vários atores do sistema de produção e que, principalmente, todos eles devem ser identificados.

Nesse diapasão, começou a se perceber que havia, na mesma proporção da produção, um consumo em massa. Isso acabou chamando a atenção para o fato de que os padrões de consumo exigidos pelo sistema de produção acabam gerando impactos no meio ambiente. Impactos tão negativos quanto os causados quando da feitura do produto, já que a cultura do consumo incentiva cada vez mais essa prática, inclusive as pessoas que, por sua condição, ainda possuem o discernimento reduzido, como crianças, por exemplo, não costumam errar no momento de dizer o que querem consumir.

Segundo Dias (2002, p. 15), “a geração atual foi preparada para consumir e para ignorar os impactos causados por tal consumo, já que são “consumidores úteis” para manter o sistema de produção”. Filomeno (2007, p.20) destaca:

Enquanto as *necessidades* do ser humano, sobretudo quando alimentado pelo *marketing*, são infinitas, os recursos naturais são finitos, sobretudo quando não renováveis. A nova vertente, pois, do consumismo, visa exatamente a buscar o necessário equilíbrio entre essas duas realidades, a fim de que a natureza não seja privada de seus recursos o que, em consequência, estará a ameaçar a própria sobrevivência do ser humano neste planeta.

O consumidor nem sempre necessita de fato daquilo que consome, mas é induzido a consumir, muitas vezes, pelos encantos causados por uma campanha publicitária. O aumento do consumo é, sem dúvida, uma das grandes intervenções feitas no meio ambiente. Em razão disso,

um dos grandes desafios deste século é conscientizar a população acerca do excessivo consumo. Isso tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

Uma mudança de consciência do consumidor, certamente, se refletirá diretamente nos impactos ambientais, que tenderão a diminuir. E aqui é importante ressaltar que o consumo, como já dito em linhas anteriores, tem uma origem muito mais cultural do que mesmo econômica. Obviamente, é possível dizer que o próprio mercado estimula a ideia de que o ato de consumir é, antes de tudo, um ato cultural, pois isso serve ao sistema de produção.

No entanto, é algo maior do que simplesmente servir ao sistema dominante de produção, é uma questão de adquirir *status* nas relações sociais, (BOURDIEU, 2008).

[...] consumir se tornou quase que um dever moral. Dependendo do grupo a que se adere, existe um produto a ser adquirido. Mesmo pessoas com menor poder aquisitivo geralmente fazem opções no momento de consumir, e que talvez uma análise mais detida as fizesse optar por outro produto.

Segundo, Canclini (1995, p.68) explica que, “no campo do consumo, existe uma desqualificação intelectual, uma vez que os meios de comunicação de massa incitam as pessoas a avançarem irreflexivamente sobre os produtos”. Reiterasse, assim, o que se disse sobre o consumo ser um ato cultural, uma forma de se estabelecer na sociedade.

“O consumo, dessa forma, é definido como uma área de comportamento cercada por regras e valores morais. Decisões como o que comprar, quanto gastar e quanto economizar são, portanto, decisões morais que expressam e produzem cultura” (PORTILHO, 2009, p. 203).

A preocupação com os danos que aqueles produtos causam ao meio ambiente e se a produção dos mesmos se utiliza de tecnologias que não agredem, ou amenizam a agressão ao meio ambiente, não fazem parte das preocupações dos consumidores.

Cria-se, então, uma cultura universal em que todos comem, vestem e calçam a mesma coisa, até aqueles ditos de estilo alternativo possuem um padrão. É a chamada indústria cultural que “insere no subconsciente humano a ideia de imitação, que passa a ser considerada como um valor absoluto”. (BASTOS, 2006, p. 185).

E isso fortalece a premissa de que a mudança do consumidor deve ser de fato uma mudança de conceito. É preciso que o consumidor tome consciência dos impactos que o consumo causa no meio ambiente e mude sua visão quanto à responsabilidade no momento de adquirir um produto. É preciso aliar o consumo à ideia de sustentabilidade.

A sustentabilidade é sem dúvida, como já destacado nesse ensejo, mais do que um discurso, uma necessidade para o atual sistema de produção. Os recursos naturais estão se tornando escassos. A qualidade de vida humana já está comprometida. É preciso, de fato, que medidas sejam tomadas para que a sustentabilidade se torne um guia para o sistema de produção.

Esse novo modelo de produção necessita de uma mudança comportamental da sociedade, enquanto feita de consumidores. A sustentabilidade abandona, portanto, os antigos paradigmas e estabelece outros, como nas palavras de Leff:

[...] no crisol da sustentabilidade confrontam-se os tempos da degradação entrópica, os ciclos da natureza e as crises econômicas, a inovação tecnológica e as mudanças institucionais, com a construção de novos paradigmas de conhecimento, comportamentos sociais e racionalidades produtivas. (2009, p. 409).

Sendo assim, a mudança no consumo se refletirá no processo de sustentabilidade. É essa

uma mudança comportamental determinante para os esforços de sustentabilidade do planeta. O consumo, como dito, é uma forma de intervenção direta no meio ambiente, já que é fruto de uma intervenção; o uso do produto gera outra intervenção e seu descarte gera uma terceira intervenção.

Isso não quer dizer que cabe apenas ao consumidor a mudança de comportamento, uma vez que essa também é uma tarefa do sistema produtivo. Ao se colocar em destaque o consumidor, o objetivo é demonstrar que esse ator das relações de mercado possui força para exigir um produto comprometido com a qualidade do meio ambiente, bem como que seja responsável com a utilização e o descarte de tais produtos.

Isso porque a destruição das bases ecológicas fez com que se impusesse uma nova visão da relação entre a sociedade e os recursos naturais, “uma vez que os problemas ambientais são, antes de tudo, problemas sociais, problemas do ser humano”. (BECK, 2010, p. 98).

Sempre se pensou na necessidade de o sistema produtivo mudar, e que as empresas mudassem sua forma de produção e dessem uma atenção maior ao meio ambiente. Porém, ficou claro que as empresas não se preocupam com isso. É preciso uma força, um impulso maior.

Se tudo o que é produzido tem como destino as mãos do consumidor, este tem que ser mais exigente. Tem que ter consciência do quanto suas decisões são importantes para a preservação dos recursos ambientais. Esse consumidor precisa estar consciente de sua parcela de responsabilidade com a sustentabilidade. Assumindo esse papel, é possível pensar em um desenvolvimento sustentável.

### **3 O desenvolvimento sustentável**

A sustentabilidade hoje possuiu diversos entendimentos conceituais, ainda que, em sua maioria, desemboquem num mesmo teor. No entender de Merico (2002, p.99):

[...] sustentabilidade significa tornar as coisas permanentes ou duráveis. Desenvolvimento sustentável significaria, portanto, discutir a permanência ou durabilidade da estrutura de funcionamento de todo processo produtivo. Qual seria o horizonte de tempo desta sustentabilidade. Essa é uma questão em aberto.

A construção básica de sustentabilidade, de que está na ideia de inserção humana nos limites da biosfera, atuando dentro da capacidade de regeneração da natureza.

A manutenção das funções econômicas do ambiente natural é questão a ser abordada com o intuito de que ele possa desempenhar seu papel de sustentar a economia, sem a desestabilização de suas condições vitais, que são de propiciar a vida no planeta.

Existe na doutrina, a ideia de que a sustentabilidade é imensurável, tendo em vista que não existe definição universal a respeito. Outro motivo dessa imensurabilidade está em existirem estatísticas insuficientes nesse âmbito, ainda que se adotem definições mais restritas do que seja sustentabilidade. Nesta linha, Carvalho e Barcellos (2010, p.99) asseveram:

[...] um bom exemplo disso são as estatísticas sobre desmatamento no Brasil. Só existem estatísticas sobre esse tema no país, e mesmo assim com problemas (há descontinuidade na série de desmatamento) na Amazônia. Para o resto do país, pouco existe a respeito.

De forma conceitual, continuam os autores:

Sustentável é o que pode ser mantido. Em ecologia pode-se dizer que todo ecossistema tem algum grau de sustentabilidade ou resiliência, que grosso modo pode ser entendido como a capacidade do ecossistema de enfrentar perturbações externas sem comprometer suas funções (CARVALHO; BARCELLOS, 2010, p. 99).

Economicamente, a preocupação com a sustentabilidade está na discussão de como suportar o crescimento em longo prazo envolvendo os recursos naturais, tanto os recursos naturais renováveis quanto os não renováveis, já que ambos são exauríveis.

Ainda que se busque, nos mais diversos setores, o alcance ao desenvolvimento sustentável ainda é algo pouco palpável. Fala-se muito em desenvolvimento sem marcas, sem estragos permanentes, todavia, seus parâmetros teóricos continuam tentando alcançar o campo prático.

Os principais elementos sobre o tema, comumente, são três: econômico, social e ambiental – podendo ter uma quarta dimensão, a institucional.

Uma das definições que pode ser tida como extremamente pertinente ao assunto, é a que está presente no Relatório Brundtland<sup>1</sup>: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. Embora genérica, ela propicia oportunidades para o incremento de várias possibilidades para a sua efetivação. Possibilidades essas, que podem estar presentes nos âmbitos político, técnico, econômico e natural, ou seja, dentro das configurações necessária à sociedade e ao meio ambiente.

Tal definição enfoca ser fundamental à sustentabilidade atender às necessidades da população sem gerar dano à próxima geração, demonstrando limite ao desenvolvimento.

Independente do título que este tema evoque, na questão onde se refere responsabilidade para futuras gerações, François Ost (1995, p. 310), é um dos defensores desta conexão homem-natureza:

Para os que, como nós, defendem uma concepção dialética da relação homem-natureza, esta é uma controvérsia, em grande parte sem objeto. Deverá ficar bem claro, com efeito, que proteger a natureza limitando as nossas subtrações excessivas e reduzindo as nossas emissões nocivas, é trabalhar, simultaneamente, para a restauração dos equilíbrios naturais e para a salvaguarda dos interesses humanos. E mesmo formulando assim esta ideia, continuamos prisioneiros das ideias convencionadas, porque parecemos opor “equilíbrios naturais” e “interesses humanos”, enquanto que, precisamente, os interesses humanos assentam, igual e mesmo primeiramente, em equilíbrios naturais.

Segundo Veiga (2010, p.190-191), “desenvolvimento sustentável é a expressão que legitima a negativa da incompatibilidade frente o crescimento econômico e a conservação do meio ambiente”. Concilia o objetivo de crescer sem destruir, com base na busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento. Desta forma, destaca:

Tudo indica a expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente empregada pela primeira vez em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre a inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo, e no qual W.Burger apresentou um texto intitulado A busca de padrões sustentáveis de desenvolvimento. Mas é obvio que a ideia só começou a

1 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CCMMAD – Comissão Brundtland). Nosso Futuro comum. 2 .ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

adquirir proeminência quando a World Conservation Strategy (WCS) afirmou pretender alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da conservação de seres vivos. E que só se começou realmente a ser afirmar em 1987, quando, perante a Assembleia Geral da ONU, Gro Harlem Brundtland, a presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um conceito político, um conceito amplo para o progresso econômico e social. Nosso futuro comum foi intencionalmente um documento político, que visava a estabelecer uma aliança com os países da periferia, num processo que seria decisivo para a realização da Rio 92.

Com esta base teórica, presentes estão os artigos 170 e 225 na Constituição Federal (BRASIL, 1988), que faz referência ao desenvolvimento econômico e social com regra à observância e defesa do meio ambiente.

De acordo com o enfoque de Celso Fiorillo (1999, p.31), “o princípio do desenvolvimento sustentável está moldado para que se possa ofertar as futuras gerações os recursos hoje disponíveis”. Para tanto, o princípio está esculpido com conteúdo na manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, ao mesmo tempo em que segue garantindo uma relação satisfatória entre os homens, assim com o seu ambiente.

Por fim, resta claro a dificuldade que existe em vivenciar-se na prática um modelo de desenvolvimento que respeite os ciclos da natureza, integrando-o à noção de progresso, com valores ambientais e sociais.

#### **4 Políticas públicas para um consumo ambientalmente sustentável**

Tendo em vista o desafio que hoje assola a sociedade moderna, diante do consumo exacerbado, onde considera-se tudo velho e ultrapassado rapidamente, ou seja, a necessidade de consumir torna-se uma realidade latente, onde as pessoas somente estarão satisfeitas se consumirem.

Diante deste cenário torna-se imperioso a implantação de políticas públicas voltadas para a questão do consumo, eis que são fundamentais para a sociedade vislumbrar o consumo como apenas a necessidade do viver, e não como status social.

Assim, uma política pública voltada para a educação dos agentes que intervêm nas relações de consumo seria de extrema importância. Nesse contexto, os consumidores seriam educados, por um lado, a um consumo consciente e, por outro, para conhecerem seus direitos. No mesmo diapasão, essa política teria o viés de trabalhar também a educação dos produtores/fabricantes – fornecedores em geral – vez que as condutas elaboradas por esse também interferem no contexto do consumerismo.

Estes por sua vez, seriam educados para a conscientização da busca de um mercado menos agressivo, deixando de lado o “deus” econômico que sobrepuja todos os contextos sociais em busca do lucro fácil e desmedido.

Para Lévy (1999, p.19), “a prosperidade das nações, das regiões, das empresas e dos indivíduos depende de sua capacidade de navegar no espaço do saber”. A partir dessa concepção, pergunta-se: Até que ponto se está navegando no espaço do saber? O homem se diz sábio e destrói as biodiversidades naturais, comercializa os recursos naturais, se volta para questões atinentes ao poder econômico e ao consumo, sem qualquer preocupação com a preservação e extinção desses

recursos naturais.

A vida na sociedade moderna, que já ultrapassa os umbrais da dita sociedade pós-moderna, perfaz-se na sociedade humana, na magia dos mundos virtuais, na busca de uma democracia plena, mas com uma cultura atrelada aos poderes econômicos que coroem as possibilidades de inclusão e de sustentabilidade planetária. Esse panorama destrói o entendimento altruísta da humanidade que pode ser exposto nos dizeres de Oliveira (2006, p. 21), em que “a preocupação em preservar o ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer à população futura as mesmas condições e recursos naturais de que dispõe a gerações presente”.

A humanidade moderna não se preocupa com gerações futuras, ela se preocupa com lucros futuros, com mercado especulativo, e se o mercado não tiver mais uma fonte que viabilizar os progressos econômicos, o futuro dos investidores estará condenado e todo o sistema de crescimento econômico que se conhece hoje cairá por terra.

Assim, faz-se necessário reinventar os vínculos do ser humano como ser humano, reinventando e renovando os vínculos sociais; reinventando e renovando os vínculos com o meio ambiente. É preciso reinventar uma inteligência coletiva, uma visão global e uma sociedade para uma perspectiva ecológica. Novas conceituações precisam ser dinamizadas, até mesmo no que se refere ao desenvolvimento, porque, como afirma Oliveira (2006, p. 25):

[...] na década de 1950 os países subdesenvolvidos deram atenção especial à elaboração e à implementação de planos para se alcançar o desenvolvimento. Porém, esses planos limitavam-se a promover um processo de industrialização intensivo que, por ser sinônimo de crescimento econômico, era encarada como um processo de desenvolvimento econômico.

Por esse viés, o desenvolvimento está ainda ligado ao crescimento do produto e da renda pela acumulação de capital e pela industrialização. É necessário repensar os paradigmas sociais dominantes, para que possam atender aos novos tempos, às novas necessidades sociais, aos novos mandamentos socioambientais.

Embora o senso crítico do ser humano tenha, de certa forma, permanecido adormecido, vez que, até o presente momento, não conseguiu entender que as armas nucleares, a destruição ambiental, a poluição, a escravidão de povos, as guerras, a manipulação de etnias e o poder em sua forma pura só o levam à autodestruição, não se pode deixar de acreditar na possibilidade de uma convergência humana em busca da sustentabilidade.

Na atualidade, a educação pode ser uma das maneiras de se buscar o consumo sustentável e consciente que pode barrar as atitudes e conceitos praticados e concebidos por parte do “*homo consumator*” e da própria sociedade moderna, através da implementação de políticas públicas de educação.

Deve se buscar desenvolver no sentido do consumo consciente não a estabelecida sobre a passividade do consumidor, como se apresenta hoje, mas sim uma educação operativa, crítica, capaz de imprimir ação na construção de uma sociedade capaz de intervir no consumo e não apenas consumir.

Para que se altere significativamente a forma como a população consome, a fim de se consolidar um consumo sustentável, é necessário que todos os participantes compreendam os contextos em que a sociedade se encontra hoje. Assim, se conseguiria atingir a sociedade de forma universal para alcançar a efetividade das ações instrumentais e de ações comunicativas.

Nesse sentido, refere Moraes (2003, p. 112):

[...] A educação precisa estar em consonância com essa nova visão do mundo, com a sociedade almejada no futuro, e, para tanto, é necessário criar o entendimento da condição humano, a preparação do cidadão para exercer sua cidadania, para uma participação mais responsável na comunidade local e planetária, tendo como prioridade o cultivo de valores humanitários, ecológicos e espirituais. Isso requer novos métodos de ensino, novos currículos e novos valores, e novas práticas educacionais absolutamente diferente das que esta, os acostumados a encontrar em nossas escolas.

Percebe-se então que, no século XXI, não é mais suficiente o estabelecimento positivo das liberdades civis e a atuação das políticas, a partir de um poder centralizado; é fundamental, hoje, que se viabilize a expressão autônoma do sujeito, que o cidadão possa expressar suas necessidades, suas angústias e ouça as do outro; que dialoguem, cheguem a um consenso e deliberem em favor das políticas públicas, que tornem possível o atendimento das demandas compreendidas como prioritárias pela população.

## 5 Considerações finais

O presente estudo se propôs a analisar em que medida o modo adotado para o desenvolvimento econômico da sociedade moderna impacta no meio ambiente ecologicamente equilibrado e nos aspectos sociais. Abordou-se a relação entre meio ambiente e consumo e o conceito de desenvolvimento sustentável.

Desta forma, foi possível conceber que de nada adianta desenvolvimento puramente econômico se não vier acompanhado de desenvolvimento humano e social, com respeito à natureza.

Conclui-se, então, pela necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à educação da sociedade, para que o assunto seja tratado em todas as esferas com a seriedade que merece, mediante a compreensão dos cidadãos acerca da necessidade de um consumo sustentável, com solidariedade entre as presentes e futuras gerações.

## Referências

- BASTOS, Lúcia Elena Arantes Ferreira Bastos. *Consumo de massa e a ética ambientalista*. Revista de Direito Ambiental, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. Trad. De Sebastião Nascimento. São Paulo. 2010.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouki. 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/constituicao)>. Acesso em 10 mar.2018.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores y ciudadanos*. México: Grijalbo, 1995.
- CARVALHO, Paulo Gonzaga; BARCELOS, Frederico Cavadas. *Mensurando a sustentabilidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CCMMAD – Comissão de Brundtland. *Nosso Futuro Comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIAS, Genebaldo Freire. *Pegada Ecológica e sustentabilidade humana*, São Paulo: Gaia, 2002.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco; DIAFÉRIA, Adriana. *Biodiversidade e patrimônio genético no direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Max Limonad, 1999.

LEFF, Enrique. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Trad. de Lucia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LÉVY, Pierre. *A inteligência Coletiva: Por uma antropologia do Ciberespaço*. São Paulo: Loyola, 1999.

MERICO, Luiz Fernando Krieger. *Introdução à economia ecológica*. 2. ed. Blumenau: Edifurb, 2002.

MORAES, Maria Candida. *O paradigma educacional emergente Campinas*: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, Gilson Baptista de; SOUZA – LIMA, José Edmilson de (Org). *O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar*. São Paulo: Annabilume, 2006.

OST, François. *A Natureza à margem da Lei*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PENNA, Carlos Gabaglia. *O Estado do Planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

PORTILHO, Fátima. *Consumo Verde, Consumo Sustentável e Ambientalização de Consumidores*. São Paulo: Cortez, 2005.

VEIGA, José Eli. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.